



CRÍTICAS À TEORIA DO CAPITAL HUMANO: UMA CONTRIBUIÇÃO À ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO

Camila Fernandes da Costa – UFRN - fernandes.camila23@yahoo.com.br

Emerson Nunes de Almeida – UFRN - nunespedagogo@yahoo.com.br

Francisco Cristimar Bessa Simão – UNESA - cristimarbessa@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A Teoria do Capital Humano, desde sua origem, polemiza e divide tendências de interpretação que agrupam desde seguidores até críticos mais fervorosos. Seria necessário adentrar profundamente nessa teoria considerando seu contexto de elaboração, suas idéias e conceitos principais, e seu próprio lugar na ciência econômica, para tentar compreender seus fundamentos e os fundamentos das críticas que recebe.

Em linhas gerais, a teoria do capital humano articula, de um lado, a idéia de capacitação para o trabalho e de outro, destaca as estratégias individuais que o empresário utiliza para melhorar a qualificação dos trabalhadores e assim garantir maior produtividade. A máxima é de que o aperfeiçoamento da força de trabalho tornaria mais eficiente o próprio trabalho. Essas idéias, segundo Cattani (1997), já se encontravam em Marx (1988). Contudo, o pensamento econômico durante longo tempo não considerou o capital humano como elemento de vital importância no processo produtivo. Em geral, o aumento da produtividade e o próprio crescimento econômico eram explicados com base na capacidade gerencial, na intensidade do trabalho, na eficiência das políticas econômicas e mesmo pela incorporação do progresso técnico.

TEORIA DO CAPITAL HUMANO: CONCEITOS E POSTULADOS

Na época de 1960, Schultz passa a investigar o que difere a produtividade de empresas situadas no mesmo local, com condições semelhantes e produtividade diferente e chega a seguinte conclusão (Shultz, 1973, p.7) “o papel das capacidades adquiridas dos agentes humanos, é uma das fontes mais importante dos ganhos de produtividade não explicados.



Ainda segundo Shultz (1973) esses investimentos no homem seriam fundamentais para obtenção dessas capacidades produtivas por parte dos indivíduos. No entanto, esses investimentos não se dariam, apenas no campo educacional. O autor afirma que esse investimento deveria ser mais amplo e incluir investimentos em saúde, educação, moradia. Essa seria uma noção ampliada da concepção de investimentos nas pessoas.

Numa das passagens clássicas da obra de Shultz (1973), são apontadas características distintivas desse capital: ele seria, antes de tudo, parte do homem. Shultz (1973, p. 53) assim escreve,

É humano porquanto se acha configurado no homem, e é capital porque é uma fonte de satisfações ou de futuros rendimentos, ou ambas as coisas. Onde os homens sejam livres, o capital humano não é um ativo negociável, no sentido de que possa ser vendido. Pode, sem dúvidas, ser adquirido, não como elemento de ativo, que se adquire no mercado, mas por intermédio de investimento no próprio indivíduo.

Nesse sentido, o autor afirma ainda que até mesmo as diferenças de rendimentos das pessoas seriam conseqüências dos investimentos por elas feitas em suas capacidades. A estrutura dos ordenados e salários seria determinada pelo investimento em educação e escolarização.

Na medida em que se observa coerentemente que todos os sujeitos sociais assumem um papel na produção (como potenciais auto-investidores que podem aumentar a produtividade), mas, não analisa o que seja essa participação do trabalhador no processo produtivo. Shultz (1973, p.35) chega a afirmar:

Os trabalhadores transformaram-se em capitalistas, não pela difusão da propriedade das ações das empresas, como folclore colocaria a questão, mas pela aquisição de conhecimentos e de capacidades que possuem valor econômico. Esse conhecimento e essa capacidade são em grande medida o produto de investimentos e, combinados com outros investimentos humanos, são responsáveis predominantemente pela superioridade produtiva dos países tecnicamente avançados.



Podemos afirmar a partir dessas idéias que na atualidade existe uma construção a partir de suas considerações uma noção de indivíduo auto-investidor. É essa noção que observamos no modelo de competência difundindo a partir dos anos de 1980, em paralelo com noções como empregabilidade, num contexto em que empregabilidade define a capacidade de manutenção no emprego, compreende-se o trabalhador como indivíduo auto- investidor e auto- gestor.

PRINCIPAIS CRÍTICAS À TEORIA DO CAPITAL HUMANO

A teoria do capital humano incorporou fundamentos que não foram aproveitados pelas versões da teoria neoclássica, afirmam os marxistas que: Em primeiro lugar, o trabalho deve ser tratado como um produto do meio de produção. Em segundo lugar, rejeitou a simplista assunção de trabalho homogêneo e concentrou sua atenção na diferenciação da força de trabalho. Em terceiro lugar, trouxe para o interior da análise econômica as instituições sociais básicas (como a educação e a família), preliminarmente relegadas para a esfera cultural.

A organização social da produção, por sua vez, reflete em larga medida o interesse do capitalista em incentivar e controlar os mecanismos através dos quais extrai o máximo de trabalho dos trabalhadores com o mais baixo salário possível, e em prevenir a formação de coalizões de trabalhadores que podem opor-se ao seu poder.

De acordo com a teoria do capital humano, os indivíduos manifestam uma particular subjetividade para avaliar suas preferências no tocante a escolha de uma profissão, e o fazem a partir de uma avaliação dos seus retornos pecuniários e dos requerimentos de escolarização. A partir dessa avaliação os indivíduos decidem se vai investir em seu desenvolvimento pessoal.

Não há dúvidas que a educação é em parte organizada para produzir trabalhadores treinados para atender a demanda dos empregadores. De fato, há fortes evidências de que a escola produz os trabalhadores mais preparados para a estrutura de produção capitalista.

Entretanto, o sistema educacional, segundo Bowles e Gintis (1975), pode realizar muito mais que produzir capital humano, que impede o desenvolvimento de



consciência de classe, e legitima a desigualdade econômica ao permitir e ter como objetivo o mecanismo meritocrático de referendar a posição ocupacional de um indivíduo.

A educação pode contribuir positiva ou negativamente para o crescimento econômico, dependendo do que se considera como qualidade do trabalhador: se é uma função dependente da extensão e reprodução do sistema de remuneração do trabalho, isto é, função de sua produtividade; ou é a sua capacidade para alterar a taxa de acumulação de capital. À medida que o aumento da escolarização pode levar a maior consciência de classe e fortalecer a organização de trabalhadores, a sua contribuição para o crescimento capitalista pode resultar em balanço negativo.

COMENTÁRIOS FINAIS

Finalizando, apresentamos um sumário do que se discutiu neste trabalho, acompanhado de alguns comentários relacionados ao assunto, mas que não se constituem necessariamente em conclusões deste artigo.

Preocupamo-nos em resenhar, de forma breve, concepções e críticas feitas a Teoria do Capital Humano, listando várias objeções que se lhe fazem. Não o fizemos, porém, com a intenção de sermos exaustivos, mas antes com a intenção de alcançarmos um objetivo duplo: limitamo-nos àquelas relacionadas aos conceitos de capital humano e avaliação da decisão de investimento em educação, mas que preservam a estrutura neoclássica sobre a qual a teoria do capital humano foi construída e, ao mesmo tempo, mostramos o caminho percorrido pelos marxistas na sua crítica à teoria do capital humano.

Assim, para citarmos apenas alguns exemplos de crítica, evidenciou-se posta relação entre decisões deliberadas de investimento em capital humano, produtividade e rendimentos; criticou-se o uso da taxa de retorno a investimentos em autovalorização do indivíduo, seja por falhas no modelo, seja pela discutível relevância desse conceito para a tomada de decisões com relação a investimento em educação; apontou-se o fato de que a interação entre educação e status sócio-econômico é muito grande; consideraram-se os argumentos que mostram que a escola não gera meramente um produto cognitivo, mas, também, e talvez



principalmente, diferentes tipos de socialização e credenciais que influenciam decisivamente os rendimentos futuros dos estudantes; ademais as escolas não só selecionam como também filtram estudantes de acordo com a sua base familiar, status econômico e outras características pessoais, como também conferem "sinais" que são úteis para a tarefa dos empregadores, no mercado de trabalho, ao selecionarem, promoverem e despedirem empregados.

A teoria do capital humano, ao considerar apenas as características da oferta de mão-de-obra, especialmente, os "defeitos dos trabalhadores", normalmente sugerem políticas que não exigem nem mudanças estruturais nem esforços de financiamento que recaiam com mais peso em algum dado segmento da sociedade, tais como – mais educação, mais escolas, mais programas de treinamento e aperfeiçoamento da mão-de-obra. Além disso, contam com o apoio adicional devido ao fácil consenso que se pode conseguir em torno da idéia de que "educação é bom" e de que "educação é o mais eficaz instrumento de mobilidade social ascendente".

REFERÊNCIAS:

CATTANI, Antonio (org). *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. Ed. 3 Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2001.

MARX, K, ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins fontes, 1989.

SCHULTZ, Theodore W. *O valor econômico da educação*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A educação e a crise do socialismo real*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo. 7ªed. Cortez Editora, 2001.

_____. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo. 5ªed. Editora Cortez, 2003.